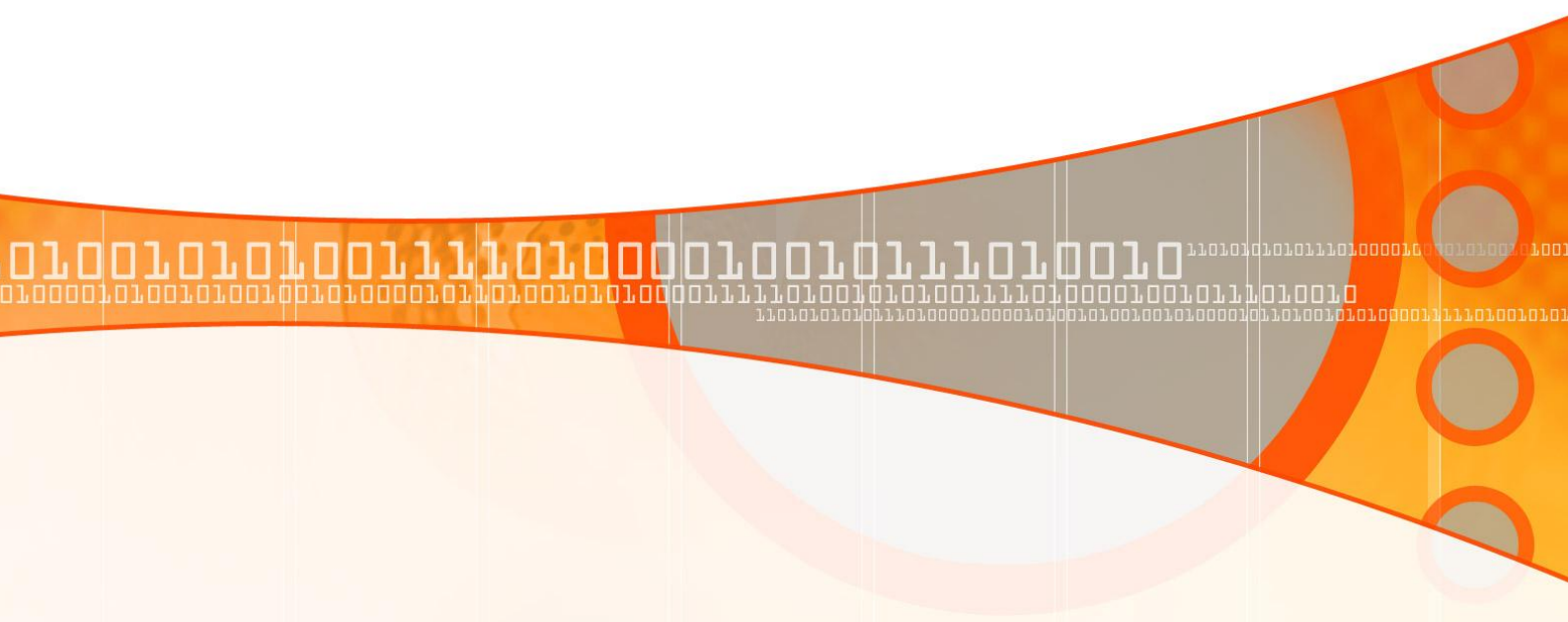




**anpri**

Associação Nacional de  
Professores de Informática

# Posição sobre o Ensino Qualificante



## Índice

Índice .....	1
Introdução.....	2
Educação e Formação Profissional de Dupla Certificação .....	3
Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF).....	3
Cursos Tecnológicos.....	5
Cursos Profissionais.....	6
Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA).....	10
Ensino Recorrente.....	11
Conclusões .....	12
Bibliografia .....	12



## **Introdução**

Na sociedade actual, a escola constitui um espaço bastante rico para a observação social. Por ser obrigatória e universal, na escola, possivelmente mais do que em qualquer outra instituição social, está representada toda a diversidade existente na sociedade, cruzando-se assim, nesse espaço boa parte das questões, problemas e inquietações que hoje despontam na sociedade.

O papel das escolas nesta sociedade da informação em que vivemos já não é o de mera transmissão de conhecimentos, mas sim, o de formar cidadãos capazes de viver em sociedade. Os jovens cidadãos têm que estar preparados para enfrentarem todos os problemas que se lhe deparem no dia-a-dia, durante o percurso escolar e mais tarde na sua vida profissional, sabendo tomar posições críticas e (con)viver em sociedade.

Hargreaves, Earl e Ryan (2001) realçam o facto do objectivo central da educação ser um processo contínuo que compreenda as necessidades pessoais, sociais, físicas e intelectuais dos jovens, em cada etapa do seu desenvolvimento. Tendo em consideração o mundo em que vivemos, este processo tem que progredir e ultrapassar uma aprendizagem superficial, suportada pela memorização de todo o tipo de algoritmos, caminhando no sentido de uma “aprendizagem para a compreensão”, profunda e sustentável (Hargreaves, Earl & Ryan, 2001, p. 192).

A escolha entre continuar a estudar e tentar ingressar no mercado de trabalho é cada vez mais importante nos nossos dias. O elevado índice de desemprego é um dos factores que aumenta a preocupação dos jovens face ao seu futuro profissional aumentando ainda mais as incertezas existentes. Tanto o aluno como a sua família devem ser realistas e decidirem em consciência de modo a evitar custos desagradáveis para ambas as partes.

A inovação e o conhecimento são factores-chave de modo a combater o flagelo do desemprego e a aumentar a competitividade da Europa. Assim, o investimento em recursos humanos é essencial para o êxito económico e para a estabilidade social.

Torna-se deste modo importante reconhecer a mais-valia das novas tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem e a sua influência nas competências e no futuro social e profissional dos jovens alunos.



## **Educação e Formação Profissional de Dupla Certificação**

O actual sistema de oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos, parcialmente coordenado pela ANQEP, I.P. , inclui as seguintes tipologias de oferta:

- Cursos de educação e formação de jovens (CEF)
- Cursos de aprendizagem
- Cursos tecnológicos
- Cursos profissionais
- Cursos artísticos especializados
- Cursos do ensino recorrente
- Cursos de educação e formação de adultos (EFA)
- Formações modulares de curta duração (UFCD)
- Reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC)
- Cursos de especialização tecnológica

A Associação Nacional de Professores de Informática (ANPRI) apresenta de seguida algumas considerações sobre algumas destas formações, obtidas na sua maioria pela constatação que os nossos associados e restantes professores do grupo manifestam nos contactos que têm com os nossos órgãos sociais.

### **Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF)**

Existem muitos alunos que manifestam a sua vontade de abandonar a escola devido ao seu percurso escolar de insucesso, desmotivação, por não se identificarem com os percursos regulares e, por vezes, devido à sua idade avançada. Assim, estes cursos surgiram com o objectivo de combate ao abandono escolar e à exclusão, ao mesmo tempo que estes alunos cumpriram a escolaridade obrigatória com aproveitamento havendo ainda a possibilidade de inserção destes jovens no mercado do trabalho.

Tendo em conta a desmotivação e a falta de apetência de alguns alunos para frequentar percursos regulares, os CEF assumem hoje um papel muito importante



na educação e formação, mas consideramos que há algumas alterações que podem melhorar esta oferta educativa.

Estes cursos formam, neste momento, a principal alternativa que existe para os alunos que queiram concluir o nono ano de escolaridade, ou seja, o terceiro ciclo. Tornam-se assim indispensáveis dado que se tratam da principal via que existe para aqueles alunos que não se sentem confortáveis no ensino regular.

Os cursos CEF devem ter como objectivo principal proporcionar uma oportunidade de primeira para os alunos que se revêem em percursos escolares mais direccionados para o saber-fazer, de modo a que sejam um sucesso, promovendo a igualdade de oportunidades e permitindo reduzir o abandono escolar. Pensar os CEF numa perspectiva afectiva, com possíveis saídas profissionais concretas, irá, de certeza, trazer maior sucesso ao nível das disciplinas curriculares e ao mesmo tempo sucesso nas componentes de formação.

De salientar também a dimensão das turmas na sua globalidade e, em particular, ao nível das aulas técnicas, onde deverá continuar a ser mais pequena que o normal, visto que muitos destes alunos têm currículos alternativos ou necessidades educativas especiais. Estes alunos necessitam de um maior acompanhamento nas áreas socioculturais e científicas dadas as suas evidentes dificuldades e por outro lado necessitam também de um acompanhamento específico e personalizado nas diversas componentes de formação.

Ao nível das disciplinas da área de Informática é necessário apostar fortemente em **recursos humanos com formação pedagógica e técnica adequada**. O **grupo de informática possui profissionais com perfil adequado à leccionação da totalidade das disciplinas desta área científica** que existem nos diversos cursos, incluindo neste leque de disciplinas a disciplina de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). A situação irregular que muitas escolas estão a implementar, atribuindo disciplinas desta área a professores sem formação adequada só pode ter como efeito o decréscimo da qualidade dos cursos e o aumento da má fama que têm em alguns sectores.

É também necessário manter a filosofia de **desdobramentos nas disciplinas de carácter mais prático e técnico**, pois é muito difícil, para não dizer praticamente



impossível, leccionar com qualidade numa sala repleta de alunos sem ter um rácio de um computador por aluno e sem espaço para trabalhar em condições.

A nível de conteúdos programáticos, os **programas deverão ser reformulados**, de forma a se adequarem às novas realidades emergentes. Os programas estão já bastante desatualizados, principalmente por estarem orientados às aplicações informáticas, em vez de se orientarem por competências.

Consideramos também que a orientação dada de que o Director de Curso destas turmas deve acumular as funções de Director de Turma não traz vantagens ao processo ensino/aprendizagem, fazendo com que por vezes um professor que tenha perfil para um dos cargos seja obrigado a acumular outro cargo para o qual não tem o perfil desejado, não trazendo esta medida qualquer vantagem pedagógica para os alunos, nem tão pouco vantagem ao nível da gestão dos recursos humanos das escolas. Assim, consideramos importante a existência de um **director de curso com competências próprias e bem definidas**, mais relacionadas com a coordenação pedagógica da área técnica e da formação em contexto de trabalho, deixando os **directores de turma com as suas funções habituais** de coordenação da turma e contactos com encarregados de educação. É fundamental pensar na **redução da componente lectiva do director de curso**, de gestão flexível, já que as suas funções implicam muitas deslocações entre a escola e as empresas de estágio, durante todo o ano lectivo.

## Cursos Tecnológicos

Os Cursos Tecnológicos são uma modalidade de educação de nível secundário e que se caracterizam por serem orientados numa dupla perspectiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos, especialmente através da frequência de cursos pós-secundários de especialização tecnológica e de cursos do ensino superior.

No entanto, estes cursos encontram-se praticamente extintos por não ser permitida a sua abertura em sede de rede escolar, sem que qualquer base legal esteja por base desta decisão.

É opinião generalizada que esta modalidade de formação era bem estruturada e, em alguns casos, melhor adequada que as ofertas profissionais que as substituíram. E custa compreender porque foram praticamente extintas sem qualquer avaliação real (no ano em que se informaram as escolas que não seriam permitidas novas aberturas de cursos, ainda não tinham terminado os primeiros alunos).

Assim, defende a ANPRI a **reabertura de ofertas formativas de ensino tecnológico**, sempre que as escolas, em conjunto com os seus parceiros, considerem mais adequada este tipo de oferta.

## **Cursos Profissionais**

Os Cursos Profissionais são uma modalidade de educação de nível secundário e que se caracterizam por promoverem uma aprendizagem de competências para o exercício de uma profissão, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho mas também possibilitando o acesso a formação pós-secundária ou ao ensino superior, assumindo uma estrutura curricular modular. O alargamento dos cursos profissionais e a sua generalização nas escolas públicas é hoje uma realidade indesmentível, mas deveremos refletir sobre as condições de funcionamento desses cursos.

Mais uma vez, o “risco de desvalorização social” é evidente dado que, tal como os CEF’s, os cursos profissionais são considerados muitas vezes como cursos de “segunda oportunidade” (esta situação não era tão evidente nos cursos tecnológicos de que falámos no ponto anterior). O próprio Ministério da Educação tem contribuído para esta imagem negativa, desprezando o facto de os cursos profissionais terem sido criados pelo mesmo diploma que criou as restantes modalidades de ensino secundário dito “regular” (cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior; cursos tecnológicos, orientados na dupla perspectiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos, especialmente através da frequência de cursos pós-secundários de especialização tecnológica e de cursos do ensino superior; cursos artísticos especializados, vocacionados, consoante a área artística, para o prosseguimento de estudos ou orientados na dupla perspectiva da inserção no

mundo do trabalho e do prosseguimento de estudos) e teimando em inserir os cursos profissionais no chamado sistema de “novas oportunidades”.

Para isso também contribui a transição quase que imediata para estes cursos de alunos provenientes de cursos CEF de nível básico (que só deveriam ter esse acesso direto sem exames para cursos CEF de nível secundário e que inicialmente só poderiam prosseguir estudos em cursos profissionais após a realização de um ano de formação complementar) e a ideia generalizada de que são cursos com menor grau de exigência e não vocacionados para o prosseguimento de estudos.

Tal como nos cursos CEF muitas vezes os alunos que são encaminhados para os cursos profissionais não possuem a preparação adequada nem qualquer aptidão comprovada (pelos Serviços de Psicologia e Orientação, por exemplo) para os cursos que frequentam (embora muitas escolas já estejam a optar por realizar entrevistas de selecção para despistar situações destas). As ofertas de cursos profissionais são muitas vezes vistas pelas escolas como uma escapatória ao insucesso dos cursos regulares. Muitos alunos são empurrados para este tipo de formação por “não servirem” ao prosseguimento de estudos. Prevê-se um agravamento desta situação, agora que a escolaridade obrigatória passará para o 12.º ano,

Mais uma vez, a criação destes cursos pressupõe uma perspectiva afectiva por parte dos alunos assim com a existência de um potencial leque de saídas profissionais. As escolas deverão ter os meios físicos essenciais para que estes cursos tenham efetivas aprendizagens ao nível técnico.

As escolas profissionais têm já um longo caminho percorrido estando inseridas num processo de autonomia e onde as escolas públicas ainda não se revêem. Assim, é natural que os cursos profissionais se encontrem numa fase de aceitação, adequação e limar de arestas para que possam funcionar da forma mais adequadas em instituições de ensino secundário público. Os professores ainda estão muito ligados aos programas e a adaptação ao currículo flexível ainda não é uma realidade e exige ainda algum tempo.

Ao nível da área técnica, mais uma vez é notória a contínua falta de recursos físicos e humanos necessários à leccionação destes cursos de uma forma mais eficiente. É muito difícil, para não dizer impossível, leccionar numa sala repleta de alunos, sem



ter um computador por aluno e sem espaço. A **política adoptada com os desdobramentos deve manter-se** para que o ensino seja ainda mais especializado, alertando as escolas para a necessidade do cumprimento do estipulado na legislação em vigor, uma vez que existem situações de escolas que não fazem desdobramentos e outras que chegam a fazer desdobramentos a 50% da carga horária semanal, situação que não está prevista na regulamentação dos cursos profissionais. Isto faz com que a qualidade e a efectivação das aprendizagens não sejam tão profícuas.

Os docentes devem ser o mais especializados possível para que se possa garantir um ensino profissional de qualidade na escola pública. Para tal é essencial a adequada escolha dos profissionais que leccionam as disciplinas mais técnicas. No caso das disciplinas da área da informática, o **grupo de informática possui profissionais com perfil adequado à leccionação da totalidade das disciplinas desta área científica** que existem nos diversos cursos, incluindo neste leque de disciplinas a disciplina de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Mais uma vez se refere a situação irregular que muitas escolas estão a implementar, atribuindo disciplinas desta área a professores sem formação adequada, o que só pode ter como efeito o decréscimo da qualidade dos cursos.

**Os programas deverão ser reformulados e/ou actualizados de forma a se adequarem às novas realidades emergentes.** Muitos dos programas existentes mantêm o formato inicial “em validação” (os casos dos cursos da área da Multimédia, Animação 2D e 3D e Audiovisuais são gritantes). **É necessário a homologação dos programas**, embora se deva certamente proceder a uma actualização ou revisão prévia.

**A disciplina de TIC é essencial e deverá manter o mesmo formato** para que possam colmatar as falhas dos alunos, embora se reconheça uma necessidade premente de revisão do programa. Dada a nossa experiência enquanto intervenientes activos na leccionação de disciplinas a todos os cursos profissionais, e de acordo com o feedback que temos dos alunos, dos directores de curso e dos professores orientadores da Prova de Aptidão Profissional (PAP), consideramos que seria muito proveitoso e benéfico para os alunos que esta disciplina acompanhasse os alunos ao longo do seu percurso de formação, dotando-os de ferramentas para o



desenvolvimento das competências tecnológicas necessárias para as outras disciplinas e para a preparação da PAP. No entanto, compreendemos que o actual contexto socioeconómico não possibilita o incremento das horas dessa disciplina de modo a possibilitar a sua extensão aos três anos do curso. Esta situação pode ser suprimida por **uma melhor regulamentação das horas de apoio à PAP**, já que as escolas estão a adotar práticas muito diferentes. Seria, de todo, conveniente, a criação de uma bolsa de horas letivas para esta actividade, no 12.º ano, que poderiam ser convertidas num bloco lectivo no horário dos alunos, com a presença de todos os professores acompanhantes. Estes deveriam acompanhar um leque limitado de alunos. A legislação atual remete esta questão para os regulamentos internos, o que provoca situações de desigualdade entre professores de escolas diferentes.

No que diz respeito à Formação em Contexto de Trabalho (FCT), seria importante a redefinição das competências do(s) professor(es) acompanhante(s) da FCT, bem como a sua articulação com o director de turma e o director de curso. É necessário também **manter a sua redução da componente lectiva**, uma vez que as deslocações às empresas durante o período de estágio não devem ser feitas à custa do tempo livre dos professores (tendo o professor acompanhante que ser da área técnica, acontece muitas vezes que é um professor com uma quase nula componente não letiva).

Também é de todo conveniente **rever as reduções da componente letivado director de curso**, uma vez há incoerências entre o despacho de lançamento do ano lectivo e o despacho que organiza o ensino profissional. Assim, criou-se uma situação dúbia em que diferentes interpretações estão a levar a situações de discriminação entre directores de curso de escolas diferentes. É fundamental a atribuição de um crédito lectivo ao director de curso, cujas funções são muito abrangentes e que incluem a necessidade de deslocação constante às diversas empresas a fim de preparar os possíveis estágios para a formação em contexto de trabalho.

O professor acompanhante poderá eventualmente ver acrescentada às suas responsabilidades colaborar com o director de curso neste trabalho, mas para isso será necessário rever com cuidado o normativo que regulamenta estes cursos.



## **Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)**

Os cursos de Educação e Formação para Adultos visam elevar os níveis de habilitação escolar e profissional da população portuguesa adulta, através de uma oferta integrada de educação e formação que potencie as suas condições de empregabilidade e certifique as competências adquiridas ao longo da vida.

Algumas práticas recentes descredibilizaram os Centros de Novas Oportunidades e quem neles trabalham. E isso teve o necessário reflexo negativo nos cursos de educação e formação de adultos.

Estes cursos assentam numa ideia interessante (o aproveitamento dos conhecimentos já existentes adquiridos no decurso da vida ativa), mas depois perdem-se um pouco na ambiguidade existente nos programas podendo levar a complexidades exigidas ao nível do Ensino Superior.

De salientar que os cursos EFA com ligação direta à Informática têm sido bastante procurados dado o reconhecimento da necessidade de formação e aquisição de conhecimento na área das novas tecnologias por parte de quem é um activo no nosso país.

Mais uma vez, os referenciais de formação deverão ser reformulados para que se possam actualizar e ligar mais coerente e consistentemente ao nível de ensino, exigências e interesse por parte de quem o procura.

A avaliação, pretende-se que incida sobre as aprendizagens efectuadas bem como sobre as competências adquiridas. Pretende-se também que informe o aluno sobre os resultados obtidos, certifique as competências adquiridas e contribua para a melhoria da qualidade do sistema.

Concordamos perfeitamente com os princípios orientadores, contudo discordamos da alínea f) do artigo 29º da portaria n.º 817/2007, que afirma que a avaliação deve ser “qualitativa, concretizando-se numa apreciação descritiva dos desempenhos que promova a consciencialização por parte do adulto do trabalho desenvolvido, servindo de base à tomada de decisões”. **Propomos uma avaliação quantitativa ou qualitativa com vários níveis bem definidos**, que promova o mérito, que premeie a



evolução das aprendizagens, que informe o aluno da sua evolução e que avalie as competências adquiridas.

No âmbito do referencial de competência chave de nível secundário, os formadores devem possuir habilitações académicas e competências específicas para docência das respetivas áreas de competência-chave.

No ensino secundário, nas áreas de competências-chave de Cultura, Língua e Comunicação (CLC) e Sociedade Tecnologia e Ciência (STC) encontramos unidades de competência com competências nitidamente enquadráveis na área de informática. Entendemos ser uma mais-valia para este processos que se fizesse **incluir o grupo de recrutamento de Informática (550) na área de competência-chave STC**. Assim sendo, o núcleo gerador de TIC passaria a ser ministrador por um docente da área de informática em combinação com um docente do grupo de recrutamento com habilitações para a área de competências-chave de CLC.

Nos cursos do ensino básico a situação de falta de competência de alguns formadores na área das TIC é mais grave. Não é aceitável que um professor profissionalizado de qualquer grupo com certificação ECDL (carta de condução europeia em TIC) tenha habilitações para leccionar esta área. Há um grupo de docência especialmente vocacionado para esta área, pelo que **deve ser o grupo de recrutamento de Informática (550) a leccionar área de competência-chave TIC**.

## Ensino Recorrente

O ensino secundário recorrente visava dar cumprimento aos objectivos enunciados no ensino secundário, proporcionando uma segunda oportunidade de formação que permita conciliar a frequência de estudos com uma actividade profissional, e compreendia cursos científico-humanísticos, cursos tecnológicos e cursos artísticos especializados.

No entanto, esta modalidade de formação foi praticamente abandonada com o surgimento dos cursos de educação e formação de adultos e com os centros de novas oportunidades, sem que tenha sido acautelada uma modalidade que verdadeiramente substituísse o sistema do ensino recorrente.

Entendemos que, face à perspectiva que o público em geral e as empresas em particular têm das iniciativas Novas Oportunidades, que seria preferível a **implementação de um regresso das ofertas do ensino recorrente, com particular atenção para os cursos tecnológicos.**

## Conclusões

As conclusões a que chegamos após a análise a este tipo de formação são diversas, mas assentam sobretudo na actualização, organização e adequação de currículos e meios.

Ao nível dos cursos CEF e Profissionais, urge:

- Mudar mentalidades e formas de escolhas por parte dos alunos
- Atualizar e organizar os programas
- Criar espaços capazes de proporcionar uma boa aprendizagem (um computador por aluno em cada sala)
- Apostar num ensino mais personalizado e especializado (desdobramento de turmas nas áreas técnicas e em TIC; professores devidamente formados para leccionar em áreas específicas ligadas a Informática e Multimédia)

Ao nível do ensino de adultos é notória a necessidade de:

- Actualizar e reformular os programas.
- Alterar a avaliação existente para uma avaliação quantitativa ou qualitativa com vários níveis.
- Garantir que o núcleo gerador de TIC passará a ser ministrado por um docente da área de informática.
- Assegurar o regresso do ensino recorrente.

De realçar a grande procura ao nível dos cursos com ligação a informática e a necessidade de técnicos capazes ao nível do mercado de trabalho nestas áreas específicas.

## Bibliografia

Hargreaves, A., EarL, L., Ryan, J. (2001). Educação para a mudança: reinventar a escola para os jovens adolescentes. Porto: Porto Editora